



**Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

**Conglomerado Financeiro
Original**

31 de dezembro de 2019

	Pág.
ÍNDICE	
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1. Contexto Operacional	13
Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	13
Nota 3. Descrição das Principais Práticas de Combinação	13
Nota 4. Principais Práticas Contábeis	13
Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16
Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16
Nota 8. Relações Interfinanceiras	20
Nota 9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20
Nota 10. Outros Créditos	22
Nota 11. Outros Valores e Bens	23
Nota 12. Participações em Coligadas e Controladas	24
Nota 13. Imobilizado de Uso	24
Nota 14. Intangível	24
Nota 15. Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	25
Nota 16. Outras Obrigações	26
Nota 17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 18. Patrimônio Líquido	27
Nota 19. Limites Operacionais	27
Nota 20. Partes Relacionadas	27
Nota 21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 22. Despesas de Pessoal	29
Nota 23. Outras Despesas Administrativas	29
Nota 24. Despesas Tributárias	29
Nota 25. Outras Receitas Operacionais	30
Nota 26. Outras Despesas Operacionais	30
Nota 27. Resultado não Operacional	30
Nota 28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)	30
Nota 29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 30. Outras Informações	31
Nota 31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	32
Nota 32. Evento Subsequente - COVID19	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Novo Posicionamento e Organização

O ano de 2019 está marcado na história do Original pela entrega da estratégia de consolidar nosso ecossistema digital de empresas de tecnologia financeira. Todas nossas ações seguem alguns princípios: sermos justos na estratégia de precificação junto aos clientes, fáceis de entender e simples de usar. Somos digitais, mas também com o atendimento humano como um diferencial estratégico. Assim, como o Primeiro banco no Brasil a permitir abertura de conta corrente 100% Digital, nossa jornada em 2019 foi focada em tornar o ecossistema digital Original cada vez mais completo e eficiente.

Cenário para novos ecossistemas de empresas de tecnologia financeira

O Grupo Original entende que a combinação dos fatores relacionados a um novo ambiente regulatório extremamente favorável ao aumento da competição no sistema financeiro, especialmente por meio de incentivos à modelos baseados em plataformas digitais, além de um consumidor brasileiro mais propenso ao uso de soluções de menor custo e melhor experiência, bem como a própria evolução da tecnologia, formam momento propício para o surgimento de uma nova arena competitiva no cenário nacional para os próximos anos.

Conta Digital e Instantânea para consumidores pessoas físicas

Em Abril de 2019 lançamos a conta instantânea simplificada (conta de pagamentos), mantendo a premissa de abertura 100% via celular, e com um fluxo muito mais simplificado para o usuário final, dispensando a apresentação de comprovante de renda, comprovante de endereço, assinaturas e outros documentos, bastando apresentar documento de identificação de forma digital. Toda a certificação do cliente passou a ser feita com uso intensivo de novas tecnologia, tais como georeferenciamento, biometria facial e checagens automáticas com diversos "bureaus" de informações.

Conta Digital e Instantânea para Empreendedores e Empresas

Com o lançamento da conta Pessoa Única em Julho 2019 passamos a atender de forma mais adequada o segmento de Empreendedores, público potencial de 28 milhões de consumidores (Fonte: PNAD Contínua, IBGE) e que já representa 24% da base de clientes do Banco Original. Com essa nova plataforma, foi possível permitir a abertura de contas pessoa jurídicas para clientes MEI, EI e EIREL, com apenas 04 cliques. Tudo acessado de forma integrada a partir de um único aplicativo (PF+PJ), com atendimento unificado, um único pacote de serviços e ainda com uma parceria com a Cielo de oferta de máquinas de cartões inédita no mercado.

Para atender de forma mais ampla os clientes pessoas jurídicas, nos transformamos num banco domiciliador de empresas que vendem por meio de cartões junto à todas as principais adquirentes do mercado brasileiro.

Iniciamos já no 2º semestre 2019 a organização de uma nova plataforma também 100% digital voltada ao segmento de Pequenas e Médias empresas. O lançamento está previsto para o 1º semestre 2020 e terá foco inicialmente em empresas com faturamento de até R\$ 20 milhões/ano.

Um banco digital completo em serviços bancários

Na linha estratégica de nos tornarmos um banco de varejo digital e completo, também investimos fortemente no complemento de serviços bancários a serem colocados à disposição dos nossos clientes. Assinamos mais de 200 novos convênios de recebimento de contas de concessionárias de serviços públicos e governo, ampliamos nossa solução de débito automático, pagamento de boletos utilizando-se do cartão de crédito Original, bem como a implantação de moderna solução de DDA (Débito Direto Autorizado), transformando-se, assim, numa solução completa de serviços bancários para nossos clientes.

Plataforma digital de empréstimos

Em 2019 implantamos também uma ampla reformulação da nossa estratégia de concessão de crédito por meio de plataforma digital, lançando novas linhas de crédito pessoal de forma a permitir um posicionamento mais competitivo do Original frente aos bancos tradicionais. Dentre as principais novidades, destacamos a linha de crédito pessoal para pagamento de boletos, financiamento preventivo da fatura de cartão de crédito, crédito pessoal para recebedores de salários pelo Banco e linha de crédito especialmente desenvolvida para renegociação preventiva de dívidas com o Banco.

Uso de Inteligência artificial

Outro avanço importante em 2019 foi a consolidação do uso de plataforma de inteligência artificial, em parceria com a IBM, como uma solução de busca de eficiência e agregação de valor no atendimento aos correntistas por meio de ferramentas de "Chat Bot". Concluímos o ano de 2019 com uma média de 86% de todo o atendimento feito por meio da plataforma Watson, superando o patamar de 900 mil atendimentos mensais realizados por meio da ferramenta, tornando-se, assim, uma das instituições financeiras com maior uso proporcional de inteligência artificial no atendimento aos clientes e consumidores no mercado brasileiro.

Todas essas novas ações implantadas em 2019 viabilizaram a significativa ampliação da base de clientes de 718 mil em dezembro 2018 para 2.984 mil em dezembro 2019 (crescimento de 316%).

Atingimos o marco de termos clientes em 100% dos municípios brasileiros. Essa importante conquista foi atingida em Setembro 2019 com abertura de conta no município de Sete de Setembro, no Rio Grande do Sul. Essa cidade tem uma população de aproximadamente 2 mil pessoas e não possui nenhuma agência bancária.

Um banco digital, mas humano

Em complemento à estratégia de ser um banco de varejo digital e completo, mas humano, o Original expandiu sensivelmente sua plataforma de parceria com Correspondente Bancário que atua por intermédio de Agentes Digitais, permitindo criar uma ampla rede de parceiros especializada em atender e gerir o relacionamento mais próximos com os clientes. Ao todo, a expansão do modelo de atendimento por meio de Correspondente Bancário permitiu a ampliação de um total de 500 agentes em 2018 para mais de 1.600 agentes em dezembro 2019. Referida plataforma de atendimento pessoal e humano permite ao Original performance altamente eficiente e competitiva frente aos bancos tradicionais em segmentos estratégicos de clientes.

Tecnologia em serviços financeiros

Atentos às tendências e oportunidades no mercado de tecnologia financeira, reposicionamos a estratégia e atuação da subsidiária Integral Original App. Gradativamente estamos concentrando nesta empresa os profissionais de tecnologia que estão focados no desenvolvimento e sustentação de aplicações financeiras para o Banco e para o mercado como um todo. Referida subsidiária atuará em três segmentos principais (Fábrica de Software, Suporte e Sustentação de Sistemas Financeiros e serviços de "Bank as a Service – BaaS").

A criação e expansão da atuação da Original App no mercado têm entre suas motivações principais a atração e retenção de talentos, geração de novas eficiências e fontes de receitas, bem como incorporação de tecnologia de ponta. Isso nos permite a constante melhoria e maior velocidade no desenvolvimento de soluções, abreviando o lançamento de produtos e serviços para os clientes do Banco Original (Pessoa Física, Empreendedores e Empresas) e outras empresas que atuam no mercado financeiro no Brasil. Importante ressaltar que a Original App e o Banco Original atuam em condições de mercado o que permite à Original App a prestação de serviços para outros bancos, fintechs e empresas.

A Original App também está inserida na vertical de negócios Bank as a Service (BaaS) do Grupo Original. Essa plataforma BaaS foi organizada em resposta à nossa proposta de estar na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para fintechs e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do Banco Central do Brasil. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros tecnologia de ponta e credenciais financeiras de forma com que essas fintechs e Instituições Financeiras possam atender da melhor forma seus clientes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fintechs e Instituições Financeiras

A conexão de nossos sistemas com os dos nossos parceiros se dá por meio de API – Application Programming Interface. Adotamos o modelo de API First, onde priorizamos a identificação das necessidades de negócios dos nossos parceiros e trabalhamos na construção das APIs paralelamente a possíveis adequações em nossos sistemas internos, sempre utilizando o recurso de micro serviço de processamento.

Temos 22 APIs em funcionamento - como pagamento de boletos, pagamento de tributos, consulta de saldos, consulta de extratos, cadastro, aprovação de crédito e saque digital e 16 em desenvolvimento.

Trabalhamos além da disponibilização simples de APIs, pois apoiamos nossos parceiros na identificação e na prototipação de novos produtos utilizando os serviços financeiros que disponibilizamos via API, levando o conceito de BaaS para outros setores da economia.

Investimentos

Em 2019 elevamos investimentos totais em 268% quando comparado a 2018, atingindo R\$ 165 milhões. Destes 95% são voltados para tecnologia e desenvolvimento de novos produtos, serviços e sistemas.

De forma a termos a agilidade necessária para entrega do nosso plano de negócios, organizamos nossa área de desenvolvimento em times (ou squads). Esses squads são compostos por pessoas das mais diversas áreas do Banco e estão agrupados por cadeia de valor que aqui chamamos de fractais, nos permitindo compartilhar conhecimentos específicos ao mesmo tempo que ganhamos flexibilidade para tempestivamente aumentar a capacidade de produção e lançar novas funcionalidades e produtos. Ao final de 2019 tínhamos 10 fractais e 56 squads montados em poucos meses.

Durante 2019 lançamos +20 versões do nosso app. Isso representa 43% de aumento de produtividade em relação ao ano anterior.

Nova arena competitiva no mercado de serviços financeiros por meio de carteiras digitais

O PicPay, maior carteira digital no Brasil, também faz parte do nosso ecossistema digital de empresas de tecnologia. Somos acionistas diretos do PicPay desde Outubro 2019 e, por meio de acordo de acionistas, exercemos o controle societário. O PicPay conta com time de executivos e posicionamento mercadológico próprios.

O PicPay foi fundado em Vitória, Espírito Santo por 3 empreendedores, com a missão de revolucionar a forma como as pessoas se relacionam com o dinheiro. Mais do que uma forma diferente de pagar, a plataforma do PicPay foi concebida e continua sendo desenvolvida com o foco de entregar uma experiência totalmente nova para seus usuários.

O PicPay opera como uma camada que conecta seus usuários aos diversos agentes do setor de serviços financeiros, atendendo todas as necessidades na rotina diária dos seus usuários de forma simples e calibrada: pagamento entre pessoas e para estabelecimentos, compra de serviços e mercadorias, pagamento de contas, entre outros.

De forma disruptiva e pioneira o PicPay adotou, desde 2012, o QR code como o meio principal para a realização de transações 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

O sucesso dessa combinação é percebido no crescimento exponencial das métricas financeiras e operacionais do PicPay: 14 milhões de usuários cadastrados; 3,9 milhões de usuários ativos; valor total de pagamentos de R\$ 10,5 bilhões (mês dezembro 2019, anualizado). Ainda, a definição do QR Code como base para o Sistema de Pagamentos Instantâneos anunciado pelo Banco Central do Brasil confirma o acerto da estratégia e proporciona vantagem competitiva para o PicPay.

São muitas as alavancas de valor da nossa unidade de BaaS com o PicPay, como por exemplo o cartão de débito e crédito PicPay – que é emitido pelo Banco Original para usuários PicPay.

Atacado

Conta com a alocação de equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusivas para os segmentos:

Corporate: Atuando no segmento de Grandes Empresas no Brasil, com produtos e serviços financeiros já consolidado nos anos anteriores

Agronegócio: Atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuáristas, com produtos específicos para o segmento

Recebeíveis: Atuação com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista, e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

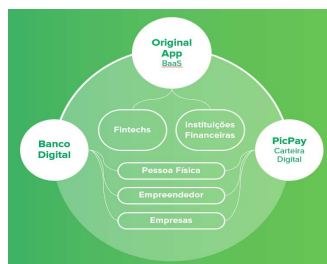
Tecnologia Financeira

Somos um conglomerado de empresas de tecnologia financeira em rápido crescimento e expansão, com a solidez e resiliência de um banco.

Por meio do Banco Digital e do PicPay atendemos, com propostas de valor distintas, Pessoas Físicas, Empreendedores e Empresas.

Por meio da nossa unidade Bank as a Service, temos como clientes diretos Fintechs e Instituições Financeiras.

Acreditamos que o potencial de crescimento de negócios para o nosso ecossistema - uma empresa de Tecnologia, um Banco Digital, uma unidade de Bank as a Service e uma Carteira Digital - vai além da nossa capacidade de atração de clientes diretos.



Entendemos que o mercado brasileiro é grande o suficiente para acomodar mais de um banco digital e mais de uma carteira de pagamento. Posicionamos as empresas do nosso ecossistema de forma a gerar valor tanto para nossos clientes (pessoas físicas, empreendedores e empresas) diretos quanto para aqueles que vierem a escolher ser clientes e usuários de outras Instituições Financeiras e Fintechs.

Esse posicionamento é a visão de uma Diretoria Executiva renovada em grande parte durante o ano, processo esse iniciado em Janeiro 2019 com Alexandre Abreu assumindo a posição de Diretor Presidente.

DIRETORIA EXECUTIVA

Alexandre Abreu, que foi presidente do Banco do Brasil e se juntou ao time do Original em agosto de 2018, assumiu a presidência do Banco, em janeiro de 2019.

Luiz Meneguetti continua responsável pela Diretoria de Atacado, focada em grandes empresas

Edilson Jardim permanece liderando a Diretoria de Varejo PF, que também faz a gestão dos negócios junto aos clientes Pessoa Única (Empreendedores) e produtos de crédito PF.

Luiz Morone continua responsável pela Diretoria Jurídica, Compliance, Controles Internos e a partir de Janeiro 2020 Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Ouvidoria.

Raul Moreira, ex-presidente da Alelo e ex-vice presidente do Banco do Brasil. Assumiu a diretoria executiva do Banco Original em março 2019 e atualmente lidera as áreas de Tecnologia, Cartões, Projetos e Open Banking.

Antonio Mauricio Maurano, ex vice-presidente do Banco do Brasil e ex presidente da holding BB Seguros, assumiu em junho 2019 a recém-criada Diretoria de Pequenas e Médias Empresas.

Érico Arruda, ex-diretor administrativo e financeiro da Flora Cosméticos e Limpeza, assumirá, após a homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil, a Diretoria de Controladoria e Gestão de Riscos que foi criada em janeiro 2020.

Luiz Giacomini, ex-executivo no Banco do Brasil, assumirá, após a homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil, a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores que foi criada em janeiro de 2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

● **Prêmios e Reconhecimentos**

Criado em 2001 pela Editora Executivos Financeiros, o Prêmio eFinance tem por objetivo premiar as soluções de ponta que contribuem decisivamente para elevar a eficiência operacional, aprimorar a gestão e adicionar real valor à indústria bancária, securitária, empresas de créditos e de meios de pagamentos e demais players que atuam no setor.

Em sua 19ª edição, fomos reconhecidos com 4 cases em 2 categorias (I) Banco Digital com os cases "Jornada do Banco Original Digital" e "Plataforma de Agente Original"; (II) Gestão de Identidade com os cases "Projeto Liveness" e "Validação automática de CNH".

Entre outras premiações destacamos

Banco Digital do Ano 2019 com o case Conta Pessoa Única - Relatório Bancário (15ª Edição)

Prêmio Valor Inovação Brasil: Original entre os TOP 5 dos bancos mais inovadores. Fomos o único banco 100% digital a figurar entre os primeiros do ranking.

Inovação na captação de clientes pela Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD)

100 Empresas mais inovadoras no Uso de TI: Top 3 na Categoria Bancos e 2ª posição entre as 100 mais inovadoras – IT Midia (18ª Edição)

● **Segurança**

O Banco Original, preocupado com seu principal ativo, seus clientes, criou a Superintendência Executiva de Segurança e Prevenção a Fraudes com objetivo de reforçar sua estrutura.

Houve alto investimento tecnológico e em pessoas, bem como a revisão de todos os controles e sistemas de defesa, que elevaram a maturidade e a segurança dos processos, reduzindo expressivamente o volume de tentativas de transações fraudulentas.

Há participação efetiva em diversos fóruns e comitês a respeito do tema, o que possibilita uma rica troca de experiências com o mercado e melhores práticas.

O Banco Original encontra-se apto para entender todas as exigências regulatórias da Lei Geral de Proteção de Dados no segundo semestre de 2020.

● **Governança Institucional**

A governança do Banco Original teve uma evolução significativa no ano, destacando-se pela instituição do Conselho de Administração (CA) em janeiro de 2019, sendo esta, a mais alta instância de decisões da instituição.

Anteriormente, o Comitê de Diretoria, era a instância máxima na governança. Com a criação do Conselho de Administração, a estrutura de comitês do Banco Original foi atualizada, com a novas definições de responsabilidades e de reportes, conforme abaixo

(I) Determinados comitês passaram a se reportar diretamente ao Conselho de Administração e outros, ao Comitê de Diretoria ou ao Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos.

(II) Três (03) novos Comitês foram instituídos:

- Comitê de Inovação: subordinado ao Conselho de Administração, tem como objetivo avaliar e resolver questões estratégicas e de governança relacionadas à inovação, em consonância com os objetivos da instituição.
- Comitê de Tecnologia: subordinado ao Comitê de Diretoria, tem como objetivo avaliar e resolver questões estratégicas e de governança relacionadas à tecnologia da informação.

- O Comitê de Segurança e Prevenção à Fraudes se desmembrou em dois, sendo instituído um deles o Comitê de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos, com escopo ampliado.

Além dos membros do CA, o Banco Original conta ainda com seu corpo gerencial sênior (Diretoria), composto por oito (08) diretores (incluindo o Presidente), responsáveis pela condução do negócio, de acordo os objetivos estabelecidos pelo Conselho.

Em linhas gerais, destacamos os objetivos de cada Comitê:

Conselho de Administração (CA): O CA é órgão máximo de decisões do Banco Original e tem como missão proteger e valorizar o patrimônio do Conglomerado Original e maximizar o retorno do investimento. Dentre suas atribuições estão a de Deliberar e acompanhar os temas relacionados à governança do Conglomerado, em especial aqueles sob sua supervisão direta: Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria.

Comitê de Diretoria (CD): O CD é responsável pela aprovação de políticas institucionais, exceto aquelas que são de responsabilidade do Conselho de Administração, pela definição de regras relacionadas à governança, criação de alçadas corporativas e deliberação das situações não contempladas em tais políticas ou outros normativos internos da instituição.

Comitê de Auditoria (COAUD): Órgão regulamentado pela Resolução 3.198, é responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna das Instituições que integram o Conglomerado. Ele também avalia a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O fórum é composto três membros externos e independentes.

Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR): Órgão regulamentado pela Resolução 4.557, reporta-se ao CA e é responsável por gerenciar a adequação aos níveis de apetite por riscos fixados (RAS), bem como avaliar a aderência dos processos de gerenciamento de risco às políticas estabelecidas.

Comitê de Ética (CET): Órgão subordinado ao CA, tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões éticas no Conglomerado Original.

Comitê de Remuneração (COREM): Órgão regulamentado pela Resolução 3.921, reporta-se ao CA e é responsável pela supervisão das práticas e políticas de remuneração e pelas atividades da equipe de remuneração.

Comitê de Inovação (CINOV): Órgão de caráter permanente, é subordinado ao CA e tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões estratégicas e de governança relacionadas à inovação, em consonância com os objetivos da instituição.

Comitê de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance (CROCIC): Órgão responsável por estabelecer as diretrizes necessárias à adequação do Conglomerado às leis, normas e regulamentos vigentes, com foco em processos e sistemas. Realiza o acompanhamento da suficiência de controles implantados, frente aos riscos que o Conglomerado estiver exposto e trata os temas relacionados ao Compliance. Adicionalmente trata de atividades de "Conheça o Seu Cliente", "Continuidade de Negócios" e "Risco Socioambiental".

Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC): Responsável pela gestão de capital, pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez, pelo processo de classificação de operações e divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital.

Comitê de Avaliação de Riscos de Produtos (CARP): Responsável pela deliberação quanto à implantação de novos Produtos, bem como a sua revisão periódica. Cabe a este Comitê garantir que as áreas responsáveis avaliem os riscos dos produtos e processos relacionados e a conformidade dos mesmos às leis, normas e regulamentos vigentes (internos e externos).

Comitê de Alocação de Recursos (CAR): Responsável pela aprovação de recursos do Conglomerado com foco em controle de gastos/custos buscando eficiência.

Comitê de Crédito Sênior (CCS): Responsável pela deliberação sobre as operações e limites de crédito e demais condicionantes para o segmento Corporate e Agronegócios. Cabe ainda a este fórum, definir as classificações internas de clientes e de suas operações de crédito.

Comitê de Crédito Pessoa Física (CCPF): Responsável pela deliberação sobre as propostas de operações e limites de crédito e demais condicionantes do Segmento Varejo, avaliação e discussão de políticas para encaminhamento ao Comitê de Diretoria. Cabe também deliberar sobre normativos e regras para concessão e manutenção de crédito, sobre normativos e regras de Renegociação e Cobrança, além de estabelecer alçadas para aprovação de limites e/ou operações de crédito para o segmento Pessoa Física e balizar suas decisões nas melhores práticas de mercado, nos princípios de governança, na qualidade do portfólio e na relação risco versus retorno.

Comitê de Gestão de Portfólio de Crédito (CPOC): Responsável por monitorar e definir as diretrizes necessárias à adequação do Conglomerado Financeiro Original às exigências dos reguladores e à observância do Apetite ao Risco definido pelo Conselho de Administração no tocante ao portfólio de crédito e processos correlatos.

Comitê de Prevenção a Fraudes (CPF): Este comitê é responsável por avaliar as questões de Prevenção a Fraudes no Conglomerado Original, incluindo projetos e ações de longo prazo consideradas importantes à Instituição.

Comitê de Tecnologia (COTI): Órgão que tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões estratégicas e de governança de tecnologia da informação, em consonância com os objetivos da Instituição.

Comitê de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos (CSIRT): Órgão responsável por avaliar as questões de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos no âmbito desta estrutura de Governança que os riscos são analisados e as decisões do Banco Original são tomadas, visando a preservação do negócio e o respeito das partes interessadas: clientes, funcionários, sociedades e acionistas.

● **Compliance e Anticorrupção**

A área de Compliance faz parte da Diretoria Jurídica, de Compliance e Controles Internos, sendo que os assuntos relacionados ao Compliance são diretamente reportados ao Conselho de Administração, garantindo assim, ainda mais independência da área. A área de Compliance é composta por profissionais com ampla experiência no mercado financeiro e participam das Comissões de Compliance da FEBRABAN e ABBC visando atualização contínua frente as melhores práticas de mercado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Política de Compliance

Dada a constituição do Conselho de Administração, a Política de Compliance, cuja primeira publicação foi em 30/06/2016, foi revista e aprovada pelo Conselho em 28/05/2019. Ela está disponível a todos os funcionários (temporários, estagiários e terceirizados) do Banco Original e visa a conformidade da instituição com as regras vigentes, protegendo sua reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada pela transparência, cumprimento de normas e regulamentos e cooperação com as autoridades reguladoras e autorreguladoras.

Política Anticorrupção

O Banco Original possui Política Anticorrupção, cuja primeira aprovação ocorreu em 09/06/2016, foi também revista e aprovada pelo Conselho de Administração em 28/05/2019. Ela está disponível aos funcionários e ao público em geral. Tal política formaliza o compromisso da Instituição de participação em iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção em todas as suas formas e, ainda, estabelece orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua de Programa de Integridade corporativo, incluindo o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção.

Administração de Potenciais Conflitos de Interesses

O Código de Ética do Banco Original prevê diretrizes para a mitigação de possíveis conflitos, aplicadas a todos os funcionários da Instituição, sendo elas Proteção da Informação e propriedade intelectual, Parentes na empresa, Brindes, cortesias e eventos, Atividades externas conflitantes, Combate à corrupção, doações a partidos políticos e Finanças Pessoais.

Complementares ao Código de Ética, existem também os Códigos de Conduta Setoriais, aplicáveis às áreas de Tesouraria, Mesa Clientes, Atendimento e Auditoria Interna, com objetivo de reforçar os princípios da ética e boa conduta aos funcionários que exercem suas atividades em áreas que, por natureza, possuem maior acesso a informações confidenciais e/ou relevantes.

Governança de Ética

Ciente da importância da integridade na conduta dos seus negócios, o Conglomerado possui Código de Ética, disponibilizado aos seus funcionários e público em geral.

Além dos princípios que governam as ações no dia a dia, o Código de Ética trata das mais diversas situações, como por exemplo Princípios de Relacionamento, Conflitos de Interesse e Conduta Pessoal e Finanças. Adicionalmente existem também os Códigos de Conduta Setoriais, aplicáveis a áreas específicas: (i) Tesouraria, (ii) Mesa Clientes, (iii) Banco de Investimento e (iv) Atendimento e (v) Auditoria.

Canal de Ética

Seguindo a regulamentação do Banco Central (Res. 4.567), o Banco Original possui um Canal de Ética disponível ao seu público interno e externo. Através deste canal, é possível a comunicação e reporte de situações com indícios de atos ilícitos relacionadas às atividades desta instituição, sem necessidade de identificação.

Tal Canal é operacionalizado por uma empresa terceira e independente, a ICTS, que recebe os relatos, analisa-os e em seguida encaminha para a área de Compliance para averiguação dos fatos e aplicação de possíveis medidas disciplinares. Relatos relacionados ao Compliance são direcionados para a área de Auditoria para tratamento do caso, evitando assim, possíveis conflitos.

O Compliance é responsável pela Política do Canal de Ética aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes e processos quando o recebimento de denúncias. Adicionalmente, a cada semestre, o Compliance também emite o Relatório do Canal de Ética para aprovação do Conselho.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento. No exercício de 2019, foram abertas 456 demandas (31/12/2018 - 432), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

Pessoas

O Original nasceu para desafiar as práticas vigentes no relacionamento das pessoas com os serviços financeiros. Somos movidos por desafios e não paramos por nada. Sabemos o que queremos alcançar e não paramos até que a solução seja entregue e o melhor resultado seja atingido.

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências. E, por este motivo, estamos construindo um ecossistema aberto de soluções financeiras suportado por tecnologia e pessoas.

Em 2019, tivemos um aumento no quadro de pessoas em mais de **45%**. Na área de TI este aumento representou mais de **115%** comparado ao ano de 2018. Sabemos que disponibilizar o conhecimento é fundamental para o aperfeiçoamento do time. No ano de 2019 foram mais de **19 mil horas** de treinamentos externos e e-learning. Adotamos práticas de trabalho adequadas ao perfil das pessoas e que estimulam a performance e produtividade como **Modelo Ágil e Trabalho Remoto**.

Criamos relações de confiança com nossos times. Cuidamos do bem-estar de quem está ao nosso lado: colegas, clientes, fornecedores e parceiros. Respeitamos as diferenças, entendemos que mais diversidade significa um ambiente mais justo, mais criativo, mais produtivo. **Homens e mulheres** representam respectivamente **50%** do quadro de colaboradores do Conglomerado. E nada é mais importante que a **relação humana**, olho no olho e o respeito ao outro. **Acreditamos que é assim que se constrói valor nas relações.**

Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Ao final do exercício de 2019, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 17.762, contra um lucro de R\$ 2.731 apresentado ao final de dezembro de 2018.

Mantemos a perspectiva anteriormente compartilhada de que os resultados do Conglomerado devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para o final de 2020 mantidas as expectativas de melhoria nos cenários político e econômico do país.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 12.675.356 (31/12/2018 - R\$ 11.116.679) ao final do período, representado principalmente por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras	658.350	396.886
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.401.335	3.291.930
Carteira de Créditos e Outros Créditos com	7.191.766	5.936.159

Crédito

Tivemos uma saudável performance da nossa carteira de crédito, com destaque para a carteira Pessoa Física com crescimento de 132% e o início da construção do portfólio de PMEs (Pessoa única).

	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Corporate	2.388.833	2.151.563	11,03%
Recebíveis	1.687.673	1.790.497	-5,74%
Agro	2.257.221	1.624.058	38,99%
Carteira Legado	1.225	2.961	-58,63%
Carteira PF	852.430	367.080	132,22%
Carteira Digital PMEs	4.334	-	100,00%
Carteira Total	7.191.766	5.936.159	21,15%

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 8.549.794 (31/12/2018 - R\$ 6.346.140) com um crescimento de 30% nos 12 meses.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 277.082 (31/12/2018 - R\$ 201.237), correspondendo à 3% da carteira expandida.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 296 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 87,3% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,2% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

Conseguimos combinar crescimento da carteira de crédito com manutenção de sua qualidade.

Período	PCLD/ Carteira	Carteira AA-C	Carteira D-H	NPL Original	NPL Mercado
dez-18	3,36%	95,27%	4,72%	2,02%	3,84%
dez-19	3,77%	95,17%	4,83%	1,31%	3,83%

*Fonte: Site Banco Central do Brasil - Sistema gerenciado de Séries Temporais

Destaca-se ainda que, mesmo com a queda do NPL (Inadimplência acima de 90 dias) pela melhora da qualidade dos créditos, foram mantidos os critérios de provisionamento que geram impacto positivo no índice de cobertura (acima de 90 dias), o qual fecha o ano de 2019 em de 179,1%.

O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparado ao exercício de 2018, a posição de risco de crédito do Conglomerado apresenta:

Rating	Carteira e Garantias					
	Carteira em Dia (Normal)	Carteira em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	% Cobertura
AA - C	6.781.365	63.248	6.844.613	37.227	5.844.076	85,38%
D-H	144.196	202.957	347.153	233.780	217.233	62,58%
TOTAL	6.925.561	266.205	7.191.766	271.007	6.061.309	84,28%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Captação

Funding

O funding total do banco apresentou crescimento importante, da ordem de 18,3%, atingindo R\$ 9.359.130 (31/12/2018 - R\$ 7.910.451) e fecha 2019 com um prazo médio de 369 dias. A captação no canal próprio atingiu R\$ 1.848 milhões, crescimento de 78% frente ao ano anterior. Em 2019 a nossa base de investidores cresceu 123%. Este crescimento importante da captação, permitiu não somente a expansão dos ativos de crédito, mas também que fechássemos o exercício com mais de uma vez o Patrimônio Líquido em excesso de liquidez.

Capital e Basileia

O índice de Basileia do banco se manteve em patamar adequado, encerrando o exercício em 13,3%. Este índice considera, em linha com os conceitos de Basileia, o Conglomerado.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final exercício de 2019 foi de R\$ 2.233.332 (31/12/2018 - R\$ 2.220.351), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	2.242.124	2.239.124
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.048	3.715
Reservas de Lucros	24.340	23.464
Prejuízos Acumulados	(39.180)	(45.952)

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.

Contador

Carlos de Souza Valentim
CRC-RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras combinadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente sem modificações em 27 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		8.715.516	7.557.981
Disponibilidades	5	57.743	40.106
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	658.350	396.886
Aplicações no Mercado Aberto		212.698	1.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		366.689	320.584
Aplicações em Moeda Estrangeira		78.963	74.305
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	2.847.828	2.408.631
Carteira Própria	7.a.2	2.139.991	2.141.881
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	180.028	104.405
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	504.628	138.078
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	23.181	24.267
Relações Interfinanceiras	8	11.673	3.604
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		18	7
Créditos Vinculados		11.320	3.197
Depósitos no Banco Central		11.320	3.197
Correspondentes		335	400
Relações Interdependências	15.d	9.114	8.961
Transferências Internas de Recursos		9.114	8.961
Operações de Crédito	9	2.054.167	1.777.116
Setor Privado		2.204.898	1.919.605
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(150.731)	(142.489)
Outros Créditos		3.044.234	2.899.140
Carteira de Câmbio	10.a	158.670	210.129
Rendas a Receber		3.392	3.238
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	27.870	9.341
Créditos Tributários	10.b.1	159.918	101.731
Direitos Creditórios	10.e	2.232.239	2.183.467
Diversos	10.d	496.466	419.174
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(34.321)	(27.940)
Outros Valores e Bens	11	32.407	23.537
Despesas Antecipadas		32.407	23.537
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.151.136	2.876.837
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	553.507	883.299
Carteira Própria	7.a.2	250.616	297.275
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	295.624	403.898
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	-	178.252
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	7.267	3.874
Operações de Crédito	9	2.205.606	1.470.039
Setor Privado		2.289.673	1.498.763
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(84.067)	(28.724)
Outros Créditos		283.321	427.832
Direitos Creditórios	10.e	-	45.276
Créditos Tributários	10.b.1	258.357	234.368
Diversos	10.d	26.852	148.200
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(1.888)	(12)
Outros Valores e Bens	11	108.702	95.667
Outros Valores e Bens		123.003	105.595
(Provisão para Desvalorização)		(14.301)	(9.928)
Permanente		808.704	681.861
Investimentos		78.974	6.876
Participações em Coligadas e Controladas:	12	77.761	5.991
No País		77.761	5.991
Outros Investimentos		1.213	885
Imobilizado de Uso	13	70.018	59.815
Outras Imobilizações de Uso		132.034	103.913
(Depreciação Acumulada)		(62.016)	(44.098)
Ativos Intangíveis	14	659.712	615.170
Ativos Intangíveis		981.613	845.545
(Amortização Acumulada)		(321.901)	(230.375)
Total do Ativo		12.675.356	11.116.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		5.318.092	4.962.964
Depósitos	15.a	2.393.387	1.406.751
Depósitos à Vista		381.457	203.905
Depósitos Interfinanceiros		134.020	149.738
Depósitos a Prazo		1.871.011	1.053.108
Outros Depósitos		6.899	
Captações no Mercado Aberto	15.b	349.225	399.600
Carteira Própria		349.225	399.600
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.932.325	2.626.691
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.932.325	2.626.202
Certificados de Operações estruturadas		-	489
Relações Interfinanceiras	8	8	8
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		8	8
Relações Interdependências	15.d	4.945	8.825
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.387	8.825
Transferências Internas de Recursos		2.558	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	-	25.209
Outras Instituições		-	25.209
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	15.458	27.989
Instrumentos Financeiros Derivativos		15.458	27.989
Outras Obrigações		622.744	467.891
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		781	677
Carteira de Câmbio	10.a	-	91.129
Sociais e Estatutárias	20.b	2.550	-
Fiscais e Previdenciárias	16.a	156.391	99.731
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	1.121	3.245
Diversas	16.b	461.901	273.109
Passivo Exigível a Longo Prazo		5.105.696	3.918.833
Depósitos	15.a	3.512.237	3.781.907
Depósitos a Prazo		3.512.237	3.781.907
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.521.418	95.123
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.521.418	95.123
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	2.740	388
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.740	388
Outras Obrigações		69.301	41.415
Diversas	16.b	69.301	41.415
Resultados de Exercícios Futuros		18.236	14.531
Rendas Antecipadas		18.236	14.531
Patrimônio Líquido		2.233.332	2.220.351
Capital Social:		2.242.124	2.239.124
De Domiciliados no País	18.a	2.242.124	2.239.124
Reservas de Lucros	18.c	24.341	23.464
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	6.048	3.715
Prejuízos Acumulados		(39.181)	(45.952)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.675.356	11.116.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		874.944	1.753.812	1.108.748
Resultado de Operações de Crédito	9.g	488.380	851.051	919.688
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	440.425	902.158	236.924
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	(73.991)	(28.634)	(102.231)
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	20.130	29.237	54.367
Despesas da Intermediação Financeira		(301.011)	(621.437)	(509.379)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(311.227)	(631.613)	(501.100)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	10.216	10.176	(8.279)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		573.933	1.132.375	599.369
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(111.890)	(196.941)	(119.711)
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		462.043	935.434	479.658
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(530.317)	(888.380)	(567.216)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	15.903	32.842	34.603
Tarifas	21.b	12.988	23.862	13.943
Despesas de Pessoal	22	(167.627)	(303.987)	(276.127)
Outras Despesas Administrativas	23	(295.868)	(505.888)	(361.063)
Despesas Tributárias	24	(30.414)	(59.143)	(28.023)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(18.173)	(21.763)	(1.126)
Outras Receitas Operacionais	25	8.110	14.181	54.991
Outras Despesas Operacionais	26	(55.236)	(68.484)	(4.414)
Resultado Operacional		(68.274)	47.054	(87.558)
Resultado não Operacional	27	(2.536)	(7.436)	176.765
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(70.810)	39.618	89.207
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	116.221	36.883	(50.910)
Provisão para Imposto de Renda		(26.077)	(26.367)	(557)
Provisão para Contribuição Social		(16.165)	(16.307)	(570)
Ativo Fiscal Diferido		158.463	79.557	(49.783)
Participações no Lucro		(31.251)	(58.739)	(35.566)
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		14.160	17.762	2.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Aumento de Capital ⁽¹⁾	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.239.124		3.468	18.847	1.076	(47.534)	2.214.981
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	-	-	2.639	-	2.639
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	2.731	2.731
Destinações								
Constituição Reserva Legal/Estatutária	18.c.2	-	-	57	1.092	-	(1.149)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.239.124	-	3.525	19.939	3.715	(45.952)	2.220.351
Mutações do Exercício		-	-	57	1.092	2.639	1.582	5.370
Ajuste Investimento		-	-	-	-	-	(2.051)	(2.051)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	-	-	2.333	-	2.333
Aumento de Capital		-	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	17.762	17.762
Destinações								
Constituição Reserva Legal/Estatutária	18.c.2	-	-	446	2.871	-	(3.317)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	(2.440)	-	2.440	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.239.124	3.000	3.971	20.370	6.048	(39.181)	2.233.332
Mutações do Exercício		-	3.000	446	431	2.333	6.771	12.981
Saldo em 30 de junho de 2019		2.239.124		3.674	22.810	11.920	(45.371)	2.232.157
Ajuste de investimento		-	-	-	-	(50)	(2.050)	(2.100)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(5.822)	-	(5.822)
Aumento de Capital		-	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	14.160	14.160
Destinações								
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	-	297	-	-	(297)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	(2.440)	-	2.440	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.239.124	3.000	3.971	20.370	6.048	(39.181)	2.233.332
Mutações do Semestre		-	3.000	297	(2.440)	(5.872)	6.190	1.175

(1) Foi deliberado o aumento de capital social do Banco no valor de R\$ 3.000. Em fase de homologação pelo Banco Central. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		14.160	17.762	2.731
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		(205.220)	(310.149)	22.522
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	111.890	196.941	119.711
Carteira de crédito		81.247	131.037	110.518
Outros Créditos		30.643	65.904	9.193
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	18.173	21.763	1.126
Alienação de investimento em Coligadas e Controladas		-	-	(177.563)
Depreciação / Amortização	23	57.806	109.904	112.480
Varição Cambial e Juros		(71.978)	(79.206)	-
Ajuste a Valor de Mercado		(197.701)	(522.188)	(69.524)
Tributos Diferidos		(174.580)	(80.413)	54.090
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		16.991	26.010	(2.567)
Provisão de Participações no Lucro		28.336	11.837	35.650
Provisão para Desvalorização BNDU		695	4.374	(1.811)
Crédito Fiscal		-	-	(19.553)
Demais ajustes no Exercício		5.147	829	(29.517)
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/ Exercício		(191.060)	(292.387)	25.253
Variações em Ativos e Passivos		348.134	570.548	280.442
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(368.577)	(215.276)	(220.859)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		584.142	356.657	(841.709)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(29.733)	(12.103)	4.456
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(813.440)	(1.076.209)	(1.054.902)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		86.143	(16.462)	141.920
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(24.838)	(26.278)	4.109
Aumento (Redução) em Depósitos		552.468	821.066	1.212.870
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		299.218	(154.476)	18.041
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(10.546)	731.928	865.739
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(7.727)	(25.203)	25.209
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		76.325	183.199	122.817
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		4.699	3.705	2.751
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		157.074	278.161	305.695
Atividades de Investimento				
Redução (Aumento) em Investimentos		(76.945)	(81.101)	846
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso	13.b	(24.486)	(28.274)	(6.226)
Aquisição/ Baixa no Intangível	14.b	(89.930)	(136.374)	(38.229)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(191.361)	(245.749)	(43.609)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	(7.773)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	-	(7.773)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(34.287)	32.412	254.313
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		1.304.559	1.237.861	983.548
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	5	1.270.272	1.270.272	1.237.861
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(34.287)	32.411	254.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem: O valor residual do ativo imobilizado de uso, ativos intangíveis, provisão para perdas com operações de créditos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas trabalhistas e civis, avaliação de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas são reconhecidos somente na liquidação.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho da Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Financeiro.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2019 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., da Agência Cayman e do Banco Original do Agronegócio S.A., e o Banco Original e o Banco Original do Agronegócio não possuem participação um no outro.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações combinadas estão assim representados:

1) Banco Original S.A.

	Banco Original S.A.		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total do Ativo	12.651.228	11.120.591	95.787	43.780	12.651.235	11.083.923
Total do Passivo	10.554.671	9.033.253	45.217	-	10.554.678	8.996.585
Total do Patrimônio Líquido	2.096.557	2.087.338	50.570	43.780	2.096.557	2.087.338
Total dos Lucros Líquidos do exercício	8.822	1.582	4.950	1.301	8.822	1.582

2) Banco Original do Agronegócio S.A.

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Total do Ativo	160.316	136.857
Total do Passivo	23.541	3.844
Total do Patrimônio Líquido	136.775	133.013
Total dos Lucros Líquidos do exercício	8.941	1.149

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A., Banco Original S.A e a Agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte dessa combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os semestres e exercícios apresentados.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

● **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

● **Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício de 2019, foi realizada uma análise dos ativos intangíveis com vida útil indefinida e foi identificado uma baixa/perda no valor de R\$ 6.468 - Tokens e R\$ 595 - Projeto Software. (2018 - R\$ 1 - Sistema/ Licença Agasus)

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), de janeiro a novembro de 2019, a alíquota para a CSLL foi de 15% conforme norma vigente na época. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%).

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do semestre de 2010, da seguinte forma:

● **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

● **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a Entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;

● **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;

● **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Banco efetuou cessão de carteira de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária. (vide Nota Explicativa nº 9.f). A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art.6º e os limites previstos no art. 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Banco não possui operações de crédito com partes relacionadas. Em 2018 tivemos cessões de carteira de crédito conforme informado na nota 9f. Em 2019 não tivemos cessões de crédito.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No ano de 2019 foram deliberados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.063. (Em 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio).

t) Avals e Fianças

Os avals e fianças não honrados e prestados pelo Conglomerado, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobranças a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução Bacen nº 4.512/2016 as operações de avals e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Títulos e Valores Mobiliários

Total

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	57.743	40.106
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	312.689	171.764
Títulos e Valores Mobiliários	899.840	1.025.991
Total	1.270.272	1.237.861

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
			Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto				
Posição Bancada	-	212.698	212.698	1.997
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	12.492	12.492	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	199.997	199.997	1.997
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	209	209	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100.200	266.489	366.689	320.584
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	100.200	-	100.200	171.764
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligados vinculados Crédito Rural	-	266.489	266.489	148.820
Letras Do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	78.963	-	78.963	74.305
Aplicação de prazo fixo	78.963	-	78.963	74.305
Total	179.163	479.187	658.350	396.886
Circulante			658.350	396.886

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2019	31/12/2018
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	210.147	18	210.165	163.895
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.111.844	8.510	1.120.354	1.391.581
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	57.524	134.362	191.886	400.888
Debêntures	2.034	2	2.036	-
Total Carteira Própria	1.381.549	142.892	1.524.441	1.956.364

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos				
Debêntures	49.236	26	49.262	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	104.405
Total Vinculados a compromissos de recompra	49.236	26	49.262	104.405

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	71.087	90	71.177	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	404.740	4.474	409.214	4.523
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽³⁾	24.237	-	24.237	19.354
Total Vinculados à prestação de garantias	500.064	4.564	504.628	23.877

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	31/12/2019	31/12/2018
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	273.724	4.347	278.071	158.296
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.755	593	17.348	187.644
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	4.559	(1.760)	2.799	2.711
Notas Promissórias	-	-	-	18.240
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	116.163	-	116.163	115.901
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽³⁾	451.785	-	451.785	-
Total Carteira Própria	862.986	3.180	866.166	482.792
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	419.231	7.159	426.390	403.898
Títulos Privados				
Total Vinculados a compromissos de recompra	419.231	7.159	426.390	403.898
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	292.453
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	292.453

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
					Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	210.165	210.165	163.895
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	899.840	87.912	132.602	1.120.354	1.391.581
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	191.886	-	-	-	191.886	400.888
Debêntures	-	-	2.036	-	2.036	-
Total Carteira Própria	191.886	899.840	89.948	342.767	1.524.441	1.956.364
Circulante					1.524.441	1.956.364

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	104.405
Títulos Privados						
Debêntures	-	-	49.262	-	49.262	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	49.262	-	49.262	104.405
Circulante					49.262	104.405

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	71.177	71.177	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	385.845	23.369	409.214	4.523
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽²⁾	24.237	-	-	-	24.237	19.354
Total Vinculados à prestação de garantias	24.237	-	385.845	94.546	504.628	23.877
Circulante					504.628	23.877

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
					Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	27.455	250.616	278.071	158.296
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	17.348	-	17.348	187.644
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽³⁾	2.799	-	-	-	2.799	2.711
Nota promissória	-	-	-	-	-	18.240
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁴⁾	116.163	-	-	-	116.163	115.901
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽⁵⁾	451.785	-	-	-	451.785	-
Total Carteira Própria	570.747	-	44.803	250.616	866.166	482.792
Circulante					615.550	185.517
Longo Prazo					250.616	297.275

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	130.766	295.624	426.390	403.898
Títulos Privados						
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	130.766	295.624	426.390	403.898
Circulante					130.766	-
Longo Prazo					295.624	403.898

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	292.453
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	292.453
Circulante						114.201
Longo Prazo						178.252

(1) Ações da JBS S.A.

(2) Em 31 de dezembro de 2018 o Banco reclassificou as cotas do fundo FILCB - margem B3 e LFT carteira própria para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e às melhores práticas contábeis, em que os Instrumentos financeiros devem ser classificados não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da Entidade. O impacto no resultado desta reclassificação foi de R\$ 1.333.

(3) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gala Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(4) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F Investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota Explicativa nº 8.f).

(5) Em maio de 2019 efetuamos uma aplicação no novo fundo de investimentos em direitos creditórios Picpay constituído no mesmo mês. Possuímos em dezembro de 2019 100% das cotas deste fundo e somos cotista subordinados.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.637	47.875	27.522
Resultado de Títulos de Renda Fixa	154.707	248.190	131.535
Resultado de Títulos de Renda Variável	208.088	540.982	61.734
Resultado de Títulos no Exterior	61.993	65.111	16.133
Total	440.425	902.158	236.924

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa nº 29.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at Risk (VAR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado detinha dois instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002, como hedge de fluxo de caixa e hedge de risco de mercado, respectivamente. Para o hedge de fluxo de caixa, temos um instrumento que é um swap o qual faz hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman, enquanto que para o hedge de risco de mercado, utilizamos contratos de DIF Futuro negociados na B3, registrados no veículo Banco Original e identificados, na sua origemação, como pertencentes à estratégia de hedge accounting.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "hedge de risco de mercado".

Carteira Trading - dez/2019		Value at Risk	dez/19	dez/18
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	468	91	65
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	12	5	0
Soja	Preço do Futuro de Soja CME	46	108	0
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	510	317	371
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	109	0	0
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	249.664	54.160	145.348
Exposição com Correlação				

Carteira Banking - dez/2019		Teste de Estresse	dez/19	dez/18
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		15.043	2.798	23.456

Destaca-se que a queda relevante do Value at Risk (Var) na comparação entre o fechamento de dezembro de 2018 e o fechamento de dezembro de 2019, está atrelado principalmente à diminuição do estoque de ações.

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps" e NDFs:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa	19.921	17.532	1.419.701	20.871	20.279	865.351
Prefixado	6.075	6.345	382.817	4.046	4.463	248.273
Dólar	12.340	9.709	1.036.714	16.825	15.816	617.078
Real	1.506	1.478	170	-	-	-
Posição Passiva	(11.801)	(15.360)	(1.419.701)	(14.146)	(13.855)	(865.351)
Prefixado	(2)	(14.682)	(1.036.649)	(8.041)	(7.938)	(248.273)
Dólar	(667)	(552)	(380.371)	(6.105)	(5.917)	(617.078)
Euro	(11.063)	(126)	(2.446)	-	-	-
Real	(69)	-	(235)	-	-	-
Diferencial Líquido	8.120	2.172	-	6.725	6.424	-

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	2.929	12.454	751.758	2.806	7.315	464.185
Prefixado	28	1.691	233.113	16	145	135.808
Dólar	760	2.100	125.800	349	635	51.850
CDI	2.141	8.663	392.845	2.441	6.535	276.527
Posição Passiva	(2.341)	(1.863)	(751.758)	(14.731)	(14.046)	(464.185)
Prefixado	(75)	(41)	(348.954)	(396)	(125)	(140.789)
Dólar	(2.050)	(1.781)	(314.396)	(14.325)	(13.915)	(309.575)
CDI	(216)	(41)	(88.129)	-	-	(12.500)
Euro	-	-	(279)	(10)	(6)	(1.321)
Diferencial Líquido	588	10.591	-	(11.925)	(6.731)	-
Opções						
Posição Ativa		461	37.966		547	179.473
Compra de Opção de Compra	-	461	37.966	-	547	179.473
Posição Passiva		(976)	(37.966)		(474)	(179.473)
Venda de Opção de Venda	-	(976)	(37.966)	-	(474)	(179.473)
Diferencial Líquido	-	(515)	-	-	73	-
Opções - COE						
Posição Ativa						489
Dólar	-	-	-	-	-	489
Posição Passiva					(2)	(489)
Dólar	-	-	-	-	(2)	(489)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(2)	-

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	8.120	(5.947)	2.173	1.419.701	(301)	865.351
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	588	10.004	10.592	751.758	5.194	464.185
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	(515)	(515)	37.966	73	179.473
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	7.864.493	-	5.873.450
Certificado de Operação Estruturada (COE)	-	-	-	-	(2)	489
Total	8.708	3.542	12.250	10.073.918	4.964	1.509.498

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2019			31/12/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	6.363	(1.577)	(2.613)	2.173	6.424
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(1.007)	4.458	7.141	10.592	(6.731)
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(198)	(317)	-	(515)	73
Certificado de Operação Estruturada (COE)	-	-	-	-	(2)
Total	5.158	2.564	4.528	12.250	(236)

	31/12/2019			31/12/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
DI	1.641.500	1.253.000	1.617.700	4.512.200	3.074.000
Dólar	579.598	-	-	579.598	1.105.880
DDI	153.570	1.164.872	1.426.868	2.745.310	1.691.350
BGI	18.897	5.101	-	23.998	-
Euro	3.387	-	-	3.387	2.220
Total	2.396.952	2.422.973	3.044.568	7.864.493	5.873.450

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 26.749 ativos (31/12/2018 - R\$ 6.096 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 480.391 (31/12/2018 - R\$ 296.976) sendo este representado por LTN R\$ 409.214 (31/12/2018 - R\$ 4.523), LFT R\$ 71.177 (31/12/2018 - R\$ 0) e NTN R\$ 292.453 somente em 31/12/2018.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	2º Semestre		01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
			Resultado	Resultado	Resultado	Resultado		
NDF	71.895	(60.291)	11.604	110.413	(104.767)	5.646	78.089	
Swap	42.180	(28.303)	13.877	63.745	(38.019)	25.726	(8.362)	
Opções	2.004	(1.486)	518	3.319	(2.102)	1.217	73	
COE	-	-	-	5	-	5	32	
DI	144.702	(124.622)	20.080	323.842	(276.846)	46.996	33.021	
DDI	823.278	(864.312)	(41.034)	1.423.733	(1.451.806)	(28.073)	(91.649)	
BGI	4.848	(6.271)	(1.423)	5.164	(6.441)	(1.277)	(6)	
Moedas	1.718	(1.620)	98	2.957	(3.116)	(159)	(112.104)	
Índice	2.790	(2.354)	436	5.765	(2.871)	2.894	(1.168)	
Dólar	674.443	(752.504)	(78.061)	931.326	(1.013.282)	(81.956)	-	
Milho	213	(232)	(19)	274	140	414	23	
S&P	-	(67)	(67)	-	(67)	(67)	(180)	
Total	1.768.071	(1.842.062)	(73.991)	2.870.543	(2.899.177)	(28.634)	(102.231)	

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Conglomerado utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações está em Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Conglomerado também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do *hedge*, foi realizada com base na variação da taxa de dólar Ptax e os demais componentes do instrumento de *hedge* foram reconhecidos no resultado. Seguem as premissas para o teste:

- a) A taxa USD SPOT foi igual a USD PTAX - 3,8748.
- b) A ponta passiva: variação cambial.
- c) A ponta ativa: taxa pré 2,50% aa.
- d) Swap de US\$ 17.479: sendo líquido de impostos (US\$ 10.000), contra o investimento de US\$ 10.000.

A operação de derivativo swap futuro, foi efetuada no dia 28 de dezembro de 2018 (data de designação do *hedge*), com vencimento em 02 de janeiro de 2020 no valor de USD 17.479.

Como o capital social da agência de Cayman (investimento) não possui um vencimento, o instrumento de *hedge* passará por rolagem (contratação de um novo derivativo) no vencimento do instrumento.

Por questões fiscais, pois o instrumento de *hedge* possui incidência de impostos que não recaem no capital social (investimento) da agência de Cayman, assim caracterizando um *overhedge*, o instrumento de *hedge* foi contratado no valor de USD 17.479 para o objetivo de *hedge* de USD 10.000.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 31 de dezembro de 2019, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 241, e o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 552 (31/12/2018 - R\$ 18) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b.5) Hedge de Risco de Mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge* accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo Conglomerado que fornecem recursos financeiros para o Conglomerado para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores, que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de *hedge*: Conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seus *spreads* de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumento de *hedge*: Contratos de DI1 Futuro negociados na B3, registrados no veículo Conglomerado e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge* accounting.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "hedge de risco de mercado", baseada na Circular 3.082 do Banco Central do Brasil, datada de 30 de Janeiro de 2002.

A estratégia do *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundas de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao CDI, através da utilização dos derivativos (DI1 Futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo *spread* de crédito (risco próprio do Conglomerado), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes

O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 Futuro na B3. O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente* caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas

A estratégia de *Hedge* de risco de mercado consiste em *hedges* de exposição à variação no risco de mercado, em recebimento de juros decorrentes das variações nas taxas de juros relativos aos passivos reconhecidos.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo ajustado a valor justo foi de R\$ 378.715, e o impacto no resultado foi de R\$ 2.938. O valor nominal do instrumento de *Hedge* foi de R\$ 377.545 e a taxa de para determinar a inefetividade do *Hedge* é de 99,7%

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 11.665 ativa (31/12/2018 - R\$ 3.596 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	2.206.816	1.780.052
Adiantamentos a depositantes	400	125
Empréstimos	2.074.325	1.643.029
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	404.787	323.806
Capital de Giro	997.034	996.102
Conta Corrente Garantida	54.946	89.412
Empréstimo Consignado	87	239
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-
Cheque Especial	95.299	67.175
Empréstimo Rotativo	112.039	77.726
Crédito Pessoal	314.369	46.705
Outros empréstimos	95.764	41.864
Financiamentos	2.024.152	1.373.183
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	2.024.152	1.373.183
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	60.294	104.991
Financiamentos Imobiliários	203.309	160.142
Operações de crédito vinculadas à Cessão	132.091	136.898
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 10.a)	152.622	116.283
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.232.239	2.228.743
Operações com Cartões de Crédito (Nota 10.d)	297.401	165.618
Outros créditos (Nota 10.d)	14.933	7.147
Subtotal	7.191.766	5.936.159
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(234.798)	(171.213)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e.1)	(36.209)	(27.952)
Total	6.920.759	5.736.994
Circulante	4.703.579	4.219.067
Longo Prazo	2.217.182	1.517.927

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituído.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Setor Privado	Parcelas a			31/12/2019		31/12/2018	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencer até 12 Meses e	Vencer Acima de	Total	Total	Total	Total
		Vencidas até 14 dias	360 dias				
Rural	9.864	859.717	1.142.855	2.012.436		1.925.973	
Indústria	8	607.892	425.622	1.033.522		666.154	
Financeiro	-	-	-			5	
Pessoas Físicas	126.549	543.682	220.321	890.552		377.540	
Comércio	37.430	1.979.542	147.047	2.164.019		2.316.900	
Serviços	87	610.533	224.642	835.262		501.961	
Outros	572	107.725	147.678	255.975		147.626	
Total	174.510	4.709.091	2.308.165	7.191.766		5.936.159	

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	31/12/2019		31/12/2018	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	842.696	12%	2.712	1%	992.496	17%
40 Maiores Devedores Seguintes	1.752.258	24%	35.788	13%	1.596.259	27%
80 Maiores Devedores Seguintes	1.065.336	15%	6.079	2%	969.694	16%
Demais Devedores Seguintes	3.531.476	49%	226.428	84%	2.377.710	40%
Total	7.191.766	100%	271.007	100%	5.936.159	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos					31/12/2019	
	% Provisão	Curso		Total	Provisão	Constituída (2)	
		Mínima Requerida	Normal (1)				
AA	0,0%	1.681.434	-	1.681.434	-	-	
A	0,5%	4.591.540	-	4.591.540	23.073		
B	1%	241.913	18.479	260.392	2.640		
C	3%	266.478	44.769	311.247	11.514		
D	10%	12.054	26.244	38.298	9.475		
E	30%	95.258	45.258	140.516	58.157		
F	50%	5	1.620	1.625	813		
G	70%	5.987	38.724	44.711	43.332		
H	100%	30.892	91.111	122.003	122.003		
Total		6.925.561	266.205	7.191.766	271.007		

Nível de Risco	Carteira de Créditos					31/12/2018	
	% Provisão	Curso		Total	Provisão	Constituída (2)	
		Mínima Requerida	Normal (1)				
AA	0,0%	1.204.367	-	1.204.367	-	-	
A	0,5%	3.732.607	-	3.732.607	18.665		
B	1%	354.380	9.898	364.278	3.659		
C	3%	313.649	40.633	354.282	13.386		
D	10%	10.934	10.380	21.314	5.088		
E	30%	33.962	110.660	144.622	46.310		
F	50%	17	2.436	2.453	1.227		
G	70%	2.883	17.483	20.366	18.960		
H	100%	1.925	89.945	91.870	91.870		
Total		5.654.724	281.435	5.936.159	199.165		

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

(2) A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	171.213	168.658
Constituição Líquida de Reversão	131.037	110.518
Baixa para Prejuízo	(67.452)	(107.963)
Saldo Final	234.798	171.213
Circulante	(150.731)	(142.489)
Longo Prazo	(84.067)	(28.724)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	30.237	158.508

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	27.952	18.759
Constituição Líquida de Reversão	65.904	9.193
Baixa para Prejuízo	(57.647)	-
Saldo Final	36.209	27.952
Circulante	(34.321)	(27.940)
Longo Prazo	(1.888)	(12)

No exercício de 2019, os créditos renegociados são de R\$ 259.210 (31/12/2018 - R\$ 258.469), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2019 é de R\$ 40.428 (31/12/2018 - R\$ 39.282), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no exercício de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	-	22.182
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	-	143.818
Total da venda ^{(3) (4)}	-	166.000

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas (J&F Investimento).

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 7.a) e o restante foi recebido em caixa. Este FIP possui investimentos na Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Partes relacionadas).

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	368	408	97
Rendas de Empréstimos	321.221	598.245	507.235
Rendas de Títulos Descontados	12.869	25.247	27.584
Rendas de Financiamentos	145.933	209.423	245.242
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	13.479	29.657	158.508
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	1.775	1.776	(51)
Perdas com créditos Incobráveis	(7.265)	(13.705)	(18.927)
Total	488.380	851.051	919.688

(1) No exercício de 2018, o montante de R\$ 143.818 (31/12/2017 - R\$ 60.350) refere-se à recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de crédito Nota 9.f.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	44.327
Câmbio Comprado a Liquidar	154.107	163.791
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	4.563	2.011
Total	158.670	210.129
Circulante	158.670	210.129
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	(44.639)
Obrigações por Compra de Câmbio	(148.059)	(160.762)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	148.059	114.272
Total	-	(91.129)
Circulante	-	(91.129)

(1) Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 4.563 (31/12/2018 - R\$ 2.011) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 148.059 (31/12/2018 - R\$ 114.272) compõe o saldo de R\$ 152.622 (31/12/2018 - R\$ 116.283) divulgado na Nota Explicativa nº 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de câmbio	99.668	191.450	226.850
Despesas de câmbio	(79.538)	(162.213)	(172.483)
Total	20.130	29.237	54.367

b) Créditos Tributários

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Fiscais Diferidos	333.025	339.344
Saldo Inicial	184.832	118.363
Constituições	(99.582)	(124.682)
Reversões ⁽¹⁾	418.275	333.025
Saldo Final	418.275	333.025
Débitos Fiscais Diferidos	84.272	48.498
Saldo Inicial	387.275	65.608
Constituições	(385.570)	(29.834)
Reversões ⁽¹⁾	85.977	84.272
Saldo Final	85.977	84.272

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018). Em dezembro de 2019 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 20%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo Fiscal	363.023	414.897
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	90.756	103.724
Base Negativa de Contribuição Social	367.806	420.052
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	73.561	63.008
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	322.859	254.969
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	35.658	27.953
Provisão para Contingências Trabalhistas	36.114	20.374
Provisão para Contingências Cíveis	25.891	16.917
Provisão para Despesas Administrativas	60.833	49.099
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	14.302	9.928
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	15.444	12.738
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(718)	(592)
Perdas em Operações de Crédito	30.679	22.731
Outras Diferenças Temporárias	21.693	7.821
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	562.755	421.937
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	562.755	421.937
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	140.689	105.484
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	112.551	63.291
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	15.444	12.738
Ajustes Futuro DI e DDI	-	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	15.444	12.738
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	718	592
Total do Ativo Fiscal Diferido	418.275	336.099
Circulante	159.918	101.731
Longo Prazo	258.357	234.368

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	151.230	171.473
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	10.340	7.199
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(7.513)	(8.308)
Ajustes Futuro - DI e DDI	20.101	18.271
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(935)	(850)
Outras diferenças temporárias	421	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	173.644	187.785
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	43.306	46.946
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	34.224	28.168
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	151.230	171.473
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	10.340	7.199
Ajustes Futuro - DI e DDI	20.101	18.270
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	181.671	196.942
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	8.448	9.158
Total do Passivo Fiscal Diferido	85.977	84.272
Circulante	85.977	84.272

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2019	-	-	-	101.731	84.272	17.459
2020	159.918	81.913	78.005	43.861	-	43.861
2021	111.684	-	111.684	51.175	-	51.175
2022	26.150	-	26.150	74.942	-	74.942
2023	31.791	-	31.791	64.390	-	64.390
2024	41.079	-	41.079	-	-	-
A partir de 2025	47.653	-	47.653	-	-	-
Total	418.275	81.913	336.362	336.099	84.272	251.827

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 384.363 (31/12/2018 - R\$ 292.890).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	73.394	53.429
Devedores por Depósitos em Garantia	26.852	16.251
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	9.139	8.331
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	7.501	7.920
Para Interposição de Recursos Fiscais (Nota 17.b.3)	10.212	-
Adiantamentos Salariais/Outros	2.075	1.070
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	14.933	7.147
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	3.174	2.412
Valores a receber venda da marca (Nota 30.f)	-	131.949
Valores a receber venda Original Corporate Corretora ⁽¹⁾	-	163.533
Valores a receber de transações de pagamentos ⁽²⁾	297.401	165.618
Valores aportados - ATMs 24 Horas	87.997	-
Outros	17.492	25.965
Total	523.318	567.374
Circulante	506.678	419.174
Longo Prazo	16.640	148.200

(1) O valor a receber da J&F Investimentos referente à venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber venceu em 2019.

(2) Refere-se a valores a receber das compras efetuadas com cartão de crédito.

e) Direitos Creditórios

	31/12/2019	31/12/2018
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	2.232.239	2.228.743
Total	2.232.239	2.228.743
Circulante	2.232.239	2.183.467
Longo Prazo	-	45.276

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PCLD de R\$ 21.337 (31/12/2018 - R\$ 18.721). Do montante, R\$ 1.493.873(31/12/2018 - R\$ 1.698.614) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

f1. Outros Valores e Bens

	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de Uso - Imóveis	123.003	105.595
(Provisão para Desvalorização)	(14.301)	(9.928)
Despesas Antecipadas	32.407	23.537
Total	141.109	119.204
Circulante	32.407	23.537
Longo Prazo	108.702	95.667

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
	Direta ou Indiretamente (Mil)		31/12/2019	31/12/2018
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco				
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	Corretora de Seguros	885.550	19,90%	19,90%
Original App Ltda.	Desenvolvimento/ Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	Administração e Prestação de Arranjos de Pagamento	8.561	18,91%	0,00%

	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	2º semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Controladas do Banco							
Original Asset Management Ltda.	3.323	267	3.323	3.091	159	232	107
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	2.473	(78.633)	496	208	(12.393)	(15.725)	(1.431)
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	100	100	-	-	-
Original App Ltda.	3.009	1.016	3.009	2.592	749	418	198
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	50.440	(36.570)	70.833	-	(6.688)	(6.688)	-
Total	59.345	(113.920)	77.761	5.991	(18.173)	(21.763)	(1.126)

(1) Em 28 de dezembro de 2018 foi realizada a venda à J&F Investimento de 80% da parte acionária da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$ 178.400.

(2) Em 29 de outubro de 2019, o Banco Original adquiriu o controle acionário da PicPay Serviços S.A. junto à J&F Investimentos S.A. (parte relacionada). O valor total da compra foi de R\$ 57.061, que corresponde a 6.265 ações ordinárias e foi paga em moeda corrente nessa mesma data. O valor de aquisição das ações teve como base o laudo de avaliação elaborado pela Ernst Young Assessoria Empresarial Ltda., com data base de 31/05/2019, que atribuiu preço mínimo de R\$ 321.308. A compra da participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 16/05/2019, na forma do disposto no art. 8º da Resolução CMN Nº 2.723. Essa operação gerou Agio de R\$ 56.987.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	43.267	(15.888)	27.379	24.181
Sistemas de Processamento de Dados	87.189	(45.423)	41.766	35.242
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.578	(705)	873	392
Total	132.034	(62.016)	70.018	59.815

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2018				31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	24.181	7.748	(34)	(4.516)	27.379	
Sistemas de Processamento de Dados	35.242	19.991	(36)	(13.431)	41.766	
Sistemas de Segurança e Comunicações	392	616	(11)	(124)	873	
Total	59.815	28.355	(81)	(18.071)	70.018	

14. Ativos Intangíveis

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
			Residual	Residual
Softwares	835.034	(249.490)	585.544	557.523
Outros	105.794	(31.626)	74.168	57.647
Total	981.613	(321.901)	659.712	615.170

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento	31/12/2018				31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
Softwares	557.523	104.502	(599)	(75.882)	585.544	
Outros	57.647	32.472	-	(15.951)	74.168	
Total	615.170	136.974	(599)	(91.833)	659.712	

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
					Total	Total
Depósitos à Vista	381.457	-	-	-	381.457	203.905
Depósitos Interfinanceiros	-	-	134.020	-	134.020	149.738
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	189.736	1.681.275	3.512.237	5.383.248	4.835.015
Outros Depósitos	6.899	-	-	-	6.899	-
Total	388.356	189.736	1.815.295	3.512.237	5.905.624	5.188.658
Circulante					2.393.387	1.406.751
Longo Prazo					3.512.237	3.781.907

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 648.556 (31/12/2018 - R\$ 470.459).

Em 31 de dezembro de 2019 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 142.169 (31/12/2018 - R\$ 134.008) e CDB de R\$ 5.241.079 (31/12/2018 - R\$ 4.701.007).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,5% do CDI, (31/12/2018 - 90% e 123% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 4,18% a.a. e 19,60 % a.a. (31/12/2018 - 6,09% a.a. e 19,60 % a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5% a 106% do CDI (31/12/2018 - 101,50% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Interfinanceiros	(4.030)	(9.219)	(5.088)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(198.871)	(406.841)	(328.572)
Captação no Mercado Aberto	(2.899)	(3.768)	(4.806)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	(46.519)	(99.116)	(78.472)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(5.754)	(10.620)	(7.765)
Despesas de Letras Financeiras	(4.832)	(9.696)	(11.984)
Despesas de Letras Imobiliárias	(48.322)	(92.338)	(64.390)
Despesas com operação estruturada -COE	-	(15)	(23)
Total	(311.227)	(631.613)	(501.100)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	31/12/2019	31/12/2018
		Total	Total
Carteira Própria	349.225	349.225	399.600
Titulos Públicos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	299.997	299.997	399.600
Debêntures	49.228	49.228	-
Total	349.225	349.225	399.600
Circulante		349.225	399.600

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	431.283	282.764	814.512	1.528.559	1.176.848
Letras de Crédito Imobiliária - LCI	165.098	1.043.855	655.328	1.864.281	1.470.195
Letras Financeiras- LF	298	9.027	51.578	60.903	74.282
Certificados de operações estruturadas (COE)	-	-	-	-	489
Total	596.679	1.335.646	1.521.418	3.453.743	2.721.814
Circulante				1.932.325	2.626.691
Longo Prazo				1.521.418	95.123

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 106% do CDI (31/12/2018 - 88% e 102% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,03% a.a. e 13,26% a.a. (31/12/2018 - 5,78% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 90% a 106% do CDI (31/12/2018 - 89% a 102% do CDI), já para as operações pré-fixadas as taxas vão de 3,79% a 15,25%. Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 4,21% a 15,25% do CDI (31/12/2018 - 114,69% a 121,52% do CDI).

d) Relações Interdependências

Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a ser cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 4.169 ativo (31/12/2018 - R\$ 136 ativo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
			Total	Total
Funcafé - Custeio	-	-	-	10.045
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	15.164
Total	-	-	-	25.209
Circulante				25.209

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	10.277	10.675	(8.069)
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	-	(2)	-
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(61)	(497)	(210)
Total	10.216	10.176	(8.279)

2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
10.277	10.675	(8.069)
-	(2)	-
(61)	(497)	(210)
10.216	10.176	(8.279)

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do período.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	3.024	705
Impostos e Contribuições sobre Salários	13.863	10.090
IRRF a recolher s/ Juros Capital Próprio	450	-
I.R. - s/ Operações de renda fixa	216	296
I.R. - s/ operações de renda variável	-	184
IOF - Capital de Giro	38	784
Outros	10.149	2.273
Provisão para Imposto de Renda	26.367	557
Provisão para Contribuição Social	16.307	570
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	85.977	84.272
Total	156.391	99.731
Circulante	156.391	99.731

31/12/2019	31/12/2018
3.024	705
13.863	10.090
450	-
216	296
-	184
38	784
10.149	2.273
26.367	557
16.307	570
85.977	84.272
156.391	99.731
156.391	99.731

b) Outras Obrigações - Diversas

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	43.408	24.499
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	25.891	16.916
Provisão para Pagamentos a Efetuar	126.507	87.042
Despesas de Pessoal	87.141	70.060
Outras Despesas Administrativas	19.989	14.206
Outros Pagamentos	19.377	2.776
Consignados	1.277	943
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	3.704	6.209
Valores a pagar de sociedades ligadas	12	197
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Recuperação de Crédito	1	7
Credores Diversos - Exterior/País ⁽²⁾	324.264	176.539
Provisão para Fianças	6.038	2.072
Total	531.202	314.524
Circulante	461.901	273.109
Longo Prazo	69.301	41.415

31/12/2019	31/12/2018
43.408	24.499
25.891	16.916
126.507	87.042
87.141	70.060
19.989	14.206
19.377	2.776
1.277	943
3.704	6.209
12	197
100	100
1	7
324.264	176.539
6.038	2.072
531.202	314.524
461.901	273.109
69.301	41.415

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 19.351 (31/12/2018 - R\$ 8.331).

A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	24.499	24.760
Constituição	24.092	3.407
Atualização Monetária	2.315	626
Reversão	(7.498)	(4.294)
Saldo Final	43.408	24.499

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

	31/12/2019	31/12/2018
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	16.916	17.696
Constituição	18.211	7.522
Atualização Monetária	-	96
Reversão	(9.236)	(8.398)
Saldo Final	25.891	16.916

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.501 (31/12/2018 - R\$ 7.920).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os riscos possíveis de natureza cível são formados por 30 ações civis públicas com pedidos no importe de R\$ 25.099, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco), e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Para os processos fiscais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.212. (31/12/2018 - R\$ 0)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2019	31/12/2018
Processos Trabalhistas	22.293	28.424
Processos Cíveis	25.891	35.980
Processos Fiscais	9.750	9.750
Total	57.934	74.154

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social de R\$ 2.130.001 (31/12/2018 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social de R\$ 112.123 (31/12/2018 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	112.123	112.123	109.123	109.123
Total	112.123	112.123	109.123	109.123

Foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 3.000. Em fase de homologação pelo Bacen.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 6.048 (31/12/2018 - R\$ 3.715).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No exercício de 2019 houve reversão da reserva legal no montante de R\$ 107 (31/12/2018 - R\$ 57). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.971 (31/12/2018 - R\$ 3.525).

c.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação do Conglomerado como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No exercício de 2019, houve reversão da reserva no montante de R\$ 2.144 (31/12/2018 - 1.092). Em 31 de dezembro de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 20.370 (31/12/2018, de R\$ 19.939).

d) JCP e Dividendos

No exercício de 2019, houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 8.063 e em 2018 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

d) Aumento de Capital

Foi deliberado o aumento de capital social do Banco Original do Agronegócio no valor de R\$ 3.000. Em fase de homologação pelo Banco Central.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., PICPAY, Original App e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.375.393	1.185.805
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.375.393	1.185.805
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	10.376.218	8.707.459
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	8.570.045	7.032.755
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	596.303	856.029
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.209.870	818.675
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,3%	13,6%

(1) Para fins de apuração do Índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 16,5%.

Em 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2019 e 2018, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Banco Original S.A						
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

31/12/2018

Banco Original do Agronegócio S.A

Acionistas

J&F Participações S.A. (J&F)
Pessoas Físicas (PF)

Total

Ações Ordinárias		Total	
Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
99.000.000	99%	99.000.000	99%
1.000.000	1%	1.000.000	1%
100.000.000	100%	100.000.000	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

Ações

JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾

Valores a Receber de Sociedades Ligadas

J&F Investimentos S.A. (Nota 30.f) (Nota 10.d) ⁽²⁾

Depósito à Vista

JBS S.A. (JBS)

J&F Floresta Agropecuária

Original APP Ltda.

Original Corporate Corretora Ltda.

Seara Alimentos Ltda.

J&F Participações S.A.

J&F Investimentos S.A.

Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.

Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Picpay Serviços S.A.

Fazenda Botas Agropecuária Ltda.

JJBM Participações Ltda.

JB Barra do Tietê Agropecuária Ltda.

CV - Rádio e Televisão Ltda.

JB Agropecuária Ltda.

VLBM Participações Ltda.

Ambar Energia Ltda.

JBS Aves Ltda.

FIP Multiestratégia Formosa

JBS Confinamento Ltda.

Canal Rural Produções Ltda.

J&F Urbanismo

Instituto Germinare

VNMB Participações Ltda.

Meat Snack partners do Brasil Ltda.

Pinheiros Fundo de Investimento em Participações

FIP Multiestratégia Formosa

FIC DE FIP JMF

FIP Caixa Milão

Pessoas Físicas

Depósito a Prazo

Original APP Ltda.

J&F Investimentos S.A.

J&F Participações S.A.

Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.

Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.

JBS S.A.

Seara Alimentos Ltda.

Original Asset Management Ltda.

Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.

Instituto Germinare

J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.

Sao Pedro Transmissora de Energia S.A.

Globe Investimentos Ltda

Meat Snack partners do Brasil Ltda.

Piui Investimentos Imobiliários

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Mataboi Alimentos Ltda

Picpay Serviços S.A.

Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay

Pessoas Físicas

Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
191.886	400.888	564.273	63.185
-	295.482	-	193.839
-	(62.950)	-	-
(37.541)	(18.425)	-	-
(6)	(3)	-	-
(18)	-	-	-
(1.076)	-	-	-
(35.058)	(26.827)	-	-
(8)	(16)	-	-
(641)	(48)	-	-
(4.464)	(2.583)	-	-
(5.217)	(1.461)	-	-
-	(3)	-	-
(12.205)	(12.529)	-	-
(4)	(3)	-	-
(4)	(1)	-	-
-	(3)	-	-
(7)	(7)	-	-
(14)	(10)	-	-
(33)	(29)	-	-
(1)	(5)	-	-
(204)	(283)	-	-
-	(11)	-	-
-	(1)	-	-
(1)	(37)	-	-
-	(15)	-	-
(380)	(8)	-	-
-	(1)	-	-
-	(4)	-	-
-	(1)	-	-
(12)	-	-	-
(3)	-	-	-
(7)	-	-	-
(1.214)	(636)	-	-
(793.388)	(268.907)	(15.126)	(10.347)
(7.297)	(6.862)	(385)	(96)
-	(60.014)	-	(14)
-	(26.616)	-	(1.511)
(5.575)	(5.243)	(435)	(128)
(7.297)	(6.862)	(385)	(168)
(56.219)	(53.007)	(3.213)	(3.286)
(174.272)	(68.896)	(3.226)	(4.305)
(2.171)	(1.932)	(200)	(97)
(4.733)	(405)	(9)	(11)
-	(230)	-	-
-	(5.132)	-	(2)
-	(3.517)	-	(12)
(350.194)	-	(684)	-
(16.037)	-	(280)	-
(1.977)	-	(16)	-
-	(311)	-	(6)
(10.321)	-	(321)	-
(96.382)	(384)	(3.904)	(4)
(20.051)	-	(574)	-
(40.862)	(29.496)	(1.494)	(707)
-	-	-	-

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

(2) Em 31 de dezembro de 2018 o valor a receber pela venda da Original Corretora foi de R\$ 163.533 (31/12/2019 - R\$0) (vide Nota 10.d).

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.493.873 (31/12/2018 -R\$ 1.698.614), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota Explicativa nº 10.e)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto em 2019 foi de R\$ 20.887, mediante pagamento de 750.000 ações (31/12/2018 - R\$2.168),(vide nota 30.f)

Aquisição de Investimento: Em outubro de 2019, o Banco Original adquiriu investimento em parte relacionada no montante de R\$ 57.060 (vide nota 12)

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Cobrança e Arrecadações	4.223	7.736	4.583
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	1.484	2.154	2.600
Serviço de recebimento e envio de valores	-	-	3.177
Comissões de Cartões	3.147	10.147	11.852
Rendas de Garantias Prestadas	3.493	7.312	10.025
Serviços de Compensação	2.786	3.909	-
Outras	770	1.584	2.366
Total	15.903	32.842	34.603

b) Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Tarifas	12.988	23.862	13.943
Total	12.988	23.862	13.943

22. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	(109.450)	(199.379)	(186.278)
Encargos	(34.166)	(62.058)	(53.628)
Benefícios	(23.049)	(41.350)	(35.713)
Outras	(962)	(1.200)	(508)
Total	(167.627)	(303.987)	(276.127)

23. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(32.318)	(54.684)	(41.547)
Depreciações e Amortizações	(57.806)	(109.904)	(112.480)
Propaganda e Publicidade	(29.426)	(47.897)	(3.776)
Comunicações	(8.324)	(10.441)	(2.797)
Processamento de Dados	(53.113)	(102.711)	(97.487)
Aluguéis	(6.468)	(11.453)	(9.211)
Transportes e Viagens	(3.879)	(7.294)	(4.393)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.940)	(3.381)	(3.298)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.236)	(4.188)	(4.268)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(88.329)	(130.696)	(66.120)
Água, Energia e Gás	(1.018)	(1.935)	(1.692)
Material	(572)	(1.032)	(1.015)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.197)	(2.128)	(1.939)
Despesas com registros de títulos e documentos	(461)	(935)	(277)
Serviços de copa e cozinha	(638)	(1.044)	(741)
Indenizações Judiciais diversas	(3.468)	(4.046)	(829)
Outros tributos e taxas	(1.578)	(4.140)	(2.741)
Outras despesas administrativas	(3.097)	(7.979)	(6.452)
Total	(295.868)	(505.888)	(361.063)

(1) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com COFINS	(24.483)	(47.974)	(22.027)
Despesa com ISS	(1.952)	(3.373)	(2.417)
Despesa com PIS/Pasep	(3.979)	(7.796)	(3.579)
Total	(30.414)	(59.143)	(28.023)

25. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atualização de Depósitos Judiciais	429	699	962
Atualização de Impostos a Compensar	1.077	2.225	5.551
Recuperação de Encargos e Despesas Crédito Fiscal	597	792	2.633
	-	-	19.553
Receita de Atualização Monetária ⁽¹⁾	365	4.328	16.276
Receita com Emissão de Cartões	1.068	1.420	-
Reversão de Provisões Operacionais	1.931	1.875	-
Ressarcimento por Encerramento de Contratos	2.436	2.436	-
Outras Receitas	207	406	10.016
Total	8.110	14.181	54.991

(1) O valor da Receita de atualização monetária refere-se a venda da marca demonstrado na Nota Explicativa nº 30.f.

26. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Trabalhistas ⁽¹⁾	(15.941)	(18.909)	261
Provisões Cíveis ⁽¹⁾	(9.246)	(8.974)	779
Indenizações trabalhistas	(3.641)	(7.501)	(2.367)
Provisão para fianças	-	(4.127)	(799)
Perdas com conta corrente	-	-	(473)
Prejuízos Operacionais	(10.008)	(12.250)	(1.245)
Outras Provisões Operacionais	(14.172)	(14.172)	-
Outras	(2.228)	(2.551)	(570)
Total	(55.236)	(68.484)	(4.414)

(1) Para o exercício de 2018, o saldo é positivo pois considera os valores de reversão de provisões previamente constituídas.

27. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(2.320)	(4.023)	(2.594)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(7)	(25)	(324)
Desvalorização/ Reversão de Outros Valores e Bens (BNDU)	(695)	(4.374)	1.811
Outras Receitas/(Despesas) ⁽¹⁾	486	986	177.872
Total	(2.536)	(7.436)	176.765

(1) Resultado de R\$ 177.563 com a venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda para a J&F Investimentos (vide Nota 12).

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	(19.121)	53.641
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	16.813	(175)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(1.414)	(15.192)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	342	(13.540)
Base de cálculo - CSLL	(3.722)	38.273
Base de cálculo - IRPJ	(1.965)	39.926
CSLL ⁽¹⁾	37.270	(40.667)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(388)	(10.243)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	36.883	(50.910)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	36.883	(50.910)

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a: Falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Banco e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o Conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda, aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- Value at Risk (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam essas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de Risco Socioambiental

Risco Socioambiental Consistente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; Avaliação e gestão de risco socioambiental; Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; Verificação da aderência à PRSA; Divulgação e a revisão da PRSA; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Relatório de Gestão de Riscos Setembro/2019 25 Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Banco possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROC) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável; A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 358.854 (31/12/2018 - R\$ 409.981), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 6.075 (31/12/2018 - R\$ 2.072).

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras
 Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal
 Outras Fianças Bancárias

Total

	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
	Valor	Provisão	Valor	Provisão
	20.961	(383)	60.899	(277)
	304.487	(5.526)	294.921	(1.486)
	33.406	(166)	54.161	(309)
Total	358.854	(6.075)	409.981	(2.072)

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Conglomerado não possuiu operações que necessitassem ser asseguradas, o mesmo ocorreu para as despesas apropriadas.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 29.293 (31/12/2018 - R\$ 26.357).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 30 (31/12/2018 - R\$ 56).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 523 (31/12/2018 - R\$ 467).

f. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados nas áreas de Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de royalties não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 2018 foi de R\$ 131.949 (31/12/2017 - R\$ 297.419), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 em 2018 (31/12/2017 - R\$ 35.298) contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

Em maio de 2018 foram antecipadas cinco parcelas no valor de R\$ 65.295 e em abril os juros de todas as parcelas vencidas no valor de R\$ 11.307. No exercício de 2019 todo o saldo a receber foi liquidado.

31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

32. Evento Subsequente - COVID19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

i. Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora do Banco, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a instituição está preparada para colocar 100% de sua força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tornado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores

ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Caso seja necessária a reestruturação de operações de crédito até 30 de setembro de 2020, adotaremos os procedimentos determinados pela resolução do Conselho Monetário Nacional nº4.782, de 16 de março de 2020.

iii. Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotaremos os percentuais a serem aplicados ao montante do RWA – Risk- Wiegthed Assets, definidos pela Resolução do Conselho Monetários Nacional nº4.783, de 16 de março de 2020.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê do Conglomerado é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 12 vezes no exercício de 2019 (12 vezes no exercício de 2018) e fez 83 reuniões (69 no exercício de 2018) com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2019.

O Comitê de Auditoria emitiu duas recomendações de implantação desejável à Administração no primeiro semestre de 2019. Nenhuma recomendação foi emitida no segundo semestre de 2019.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2019 das instituições que compõem o Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado a aprovação das demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

O Comitê de Auditoria